

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA

EXERCÍCIO 2021

COR BROKER
NORTE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA EXERCÍCIO 2021

Introdução

A atividade da Corbroker Norte, Lda em continuidade com anos anteriores, centrou-se na gestão / intermediação de seguros para além da angariação de novos negócios nos ramos Vida e Não Vida em Portugal.

Estrutura do Capital

A estrutura do Capital da Corbroker Norte, Lda. apresenta-se da seguinte forma, expressa em valores decompostos do Capital Social:

CORBROKER - Corretores de Seguros, S.A.	4.500,00 €
José Fernando Barros de Sousa Barroso	3.500,00 €
Raquel Soledade Seixas Alves da Silva	2.000,00 €

(Em 26 de Novembro de 2021 o Sócio José Fernando Barros de Sousa Barroso, procedeu à transmissão de uma quota no valor de 1.000 euros a favor da Sócia Raquel Soledade Seixas Alves da Silva.)

Vila Nova de Gaia , 18 de Março de 2022

2021

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais vem o Conselho da Gerência da Corbroker Norte Mediadores de Seguros, Lda. apresentar o seu Relatório, o Balanço e Contas do exercício findo em 31 e Dezembro de 2021.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA

CAPÍTULO I

A Economia Portuguesa em 2021

Evolução das principais variáveis macroeconómicas

1. ENQUADRAMENTO E RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

Em 2020 a economia portuguesa tinha sido profundamente afetada pelas medidas de contenção aplicadas no contexto da pandemia de Covid-19.

O ano de 2021 não obstante ter sido ainda marcado por confinamentos registou já uma recuperação muito significativa.

A economia portuguesa voltou a crescer, mais propriamente a recuperar, ainda que o Produto Interno Bruto não tenha atingido os níveis pré-pandemia, nomeadamente de 2019.

As principais instituições internacionais previam um crescimento do PIB na ordem dos 4,3%, no entanto o valor final desta variável cifrou-se cerca de 14% acima desta previsão.

No conjunto de 2021, o Produto Interno Bruto registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, depois da recessão histórica de 8,4% registada em 2020.

Portugal regressou à trajetória de redução da dívida pública, tendo caído o respetivo ratio para 127,5% do Produto, uma diminuição de 7,7 p.p. face a 2020, mas ainda acima dos 116,6% registados em 2019.

O défice das Contas Públicas fixou-se em 2,8 % do PIB, abaixo da meta prevista para o ano.

As exportações e as importações de bens aumentaram 18,1% e 21,1% respetivamente em termos homólogos, recuperando da queda de 10,3% e 14,8%, registada em 2020.

O défice da balança comercial de bens aumentou assim 4.653 milhões de euros para 19.041 milhões de euros.

2. O PRODUTO INTERNO BRUTO

No conjunto do ano 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica.

A procura interna apresentou um contributo positivo e expressivo para a variação do PIB, após ter sido significativamente negativo em 2020, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços.

A procura interna recuperou significativamente com uma taxa de variação de 5,0% em termos reais passando de um contributo para a variação anual do PIB de -5,5 pontos percentuais (p.p.) em 2020 para 5,2 p.p..

Figura 1. Composição da variação em volume do PIB

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
Procura Interna	3,3	3,2	3,1	-5,6	5,0
Exportações (FOB)	8,4	4,1	4,1	-18,6	13,0
Importações (FOB)	8,1	5,0	4,9	-12,1	12,8
PIB	3,5	2,8	2,7	-8,4	4,9
	Contributos para a taxa de variação do PIB (p.p.)				
Procura Interna	3,3	3,1	3,0	-5,5	5,2
Procura Externa Líquida ¹	0,2	-0,3	-0,3	-2,9	-0,2

¹ - Procura Externa Líquida (Exportações líquidas de Importações)

(Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais 2021)

3. CONSUMO

O consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) registou um crescimento de 4,4%, em termos reais, recuperando parcialmente da redução de 7,1% registada em 2020.

Esta evolução refletiu principalmente o comportamento do consumo privado em bens correntes não alimentares e serviços, que passou de uma diminuição de 10,4% em 2020 para um aumento de 5,4%.

Com um comportamento distinto, a componente de bens alimentares abrandou, passando de um crescimento de 4,8% em 2020 para 1,5% em 2021.

A componente de bens duradouros aumentou 4,6% em 2021 (redução de 7,7% em 2020), verificando-se um ligeiro crescimento da componente de veículos automóveis, após a histórica diminuição do ano anterior, e uma aceleração das despesas em outros bens duradouros.

Figura 2. Componentes da procura interna (volume)

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
Procura Interna	3,3	3,2	3,1	-5,6	5,0
Consumo Privado ¹	2,1	2,6	3,3	-7,1	4,4
Consumo Público ²	0,2	0,6	2,1	0,4	5,0
Investimento	11,9	7,8	3,3	-5,7	7,2

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

(Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais 2021)

O consumo público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) acelerou significativamente em termos reais, registando uma taxa de variação de 5,0% (0,4% no ano anterior).

Note-se que, em 2020, verificou-se um impacto negativo das medidas de contenção na produção não mercantil deste setor institucional, em resultado do encerramento de vários serviços públicos em particular no 2º trimestre. Em termos nominais, o consumo público registou um crescimento de 5,8% (5,1% em 2020).

4. INVESTIMENTO

O Investimento aumentou 7,2% em termos reais em 2021, recuperando da diminuição de 5,7% registada no ano anterior.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 6,1% (-2,7% em 2020) enquanto a Variação de Existências apresentou um contributo de +0,2p.p. para a variação anual do PIB (-0,5p.p. em 2020).

A FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos registou um aumento significativo, de 11,5% em 2021 (-6,3% no ano anterior), e a FBCF em Equipamento de Transporte passou de uma expressiva diminuição de 27,5% em 2020 para um crescimento de 2,4% em 2021.

No mesmo sentido, a FBCF em Construção acelerou em 2021 para uma taxa de crescimento de 3,5% (1,6% em 2020) e a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual aumentou 8,2% (3,0% no ano anterior).

Figura 3. Evolução da **Formação Bruta de Capital Fixo (volume)**

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
Total	11,5	6,2	5,4	-2,7	6,1
Do qual:					
Equipamento de Transporte	10,7	7,9	2,5	-27,5	2,4
Outras Máquinas e Equipamentos ¹	13,0	9,2	1,6	-6,3	11,5
Construção	12,2	4,7	7,6	1,6	3,5
Produtos de Propriedade Intelectual ²	8,8	6,4	6,8	3,0	8,2

¹ - Inclui Sistemas de Armamento; ² - Inclui Investigação e Desenvolvimento (I&D)

(Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais 2021)

5. PROCURA EXTERNA

A procura externa líquida apresentou um contributo de -0,2 p.p., após o contributo de -2,9 p.p. em 2020.

As Exportações e as Importações de Bens e Serviços cresceram 13,0% e 12,8% em 2021, respetivamente, depois das expressivas diminuições registadas em 2020 (taxas de -18,6% no caso das exportações e -12,1% no das importações).

As exportações de bens em volume aumentaram 11,1% em 2021 (-11,4% em 2020), enquanto as exportações de serviços registaram uma taxa de variação de 18,6% (-34,0% em 2020).

No caso dos serviços, aquele resultado reflete o aumento expressivo da componente de turismo (variação de 25,5%) após a forte contração observada em 2020, situando-se ainda cerca de 50% abaixo do nível verificado em 2019.

Com uma evolução semelhante, as importações de bens cresceram 11,9% (-10,3% em 2020) e as de serviços 18,1% (-21,1% em 2020).

6. BALANÇA COMERCIAL

Figura 4. Evolução das Exportações e Importações de Bens (FOB) e Serviços (volume)

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
Exportações	8,4	4,1	4,1	- 18,6	13,0
Bens (FOB)	6,1	3,4	3,6	-11,4	11,1
Serviços	13,7	5,8	5,0	-34,0	18,6
Importações	8,1	5,0	4,9	- 12,1	12,8
Bens (FOB)	8,3	4,9	4,2	-10,3	11,9
Serviços	7,2	5,6	8,6	-21,1	18,1

(Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais 2021)

Num contexto de aumentos expressivos de preços em particular na segunda metade do ano, verificou-se uma perda significativa dos termos de troca, tendo o deflator das Importações de Bens e Serviços registado uma taxa de variação de 7,6% (-3,4% no ano anterior) e o deflator das Exportações de Bens e Serviços uma taxa de variação de 6,0% (-2,4% em 2020).

Esta diferença entre deflatores, traduziu em parte o efeito mais intenso da subida do preço dos bens energéticos no deflator das importações.

Figura 5. Exportações e Importações de Bens (FOB) e Serviços (deflatores implícitos)

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
Exportações	3,0	2,3	0,5	-2,4	6,0
Importações	3,8	2,8	-0,3	-3,4	7,6
Termos de troca	- 0,8	- 0,5	0,8	1,1	- 1,5

(Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais 2021)

Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços foi mais negativo em 2021, passando de -2,1% do PIB em 2020 para -3,0% do PIB.

7. VALOR ACRESCENTADO BRUTO

Em 2021, o VAB a preços base registou uma taxa de variação de 4,4% em volume, recuperando parcialmente da diminuição de 7,2% em 2020.

Para esta evolução destaca-se o comportamento do VAB dos ramos Comércio e Reparação de Veículos e Alojamento e Restauração, que aumentou 5,2% em 2021 (-16,9% em 2020), tendo apresentado um contributo de +0,8 p.p. (-2,9 p.p. em 2020) para a variação do VAB total (incluindo impostos líquidos de subsídios).

Em termos reais, os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos aumentaram 8,5% em 2021, que compara com uma redução de 16,1% no ano anterior.

Figura 7. Valor Acrescentado Bruto, volume (ano de referência=2016)

	2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de variação anual (%)				
VAB total a preços base	3,3	2,7	2,6	-7,2	4,4
Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,0	-1,1	3,3	-5,9	6,9
Indústria	5,9	3,5	0,5	-7,8	4,7
Energia, Água e Saneamento	-3,6	8,6	0,4	-5,7	1,5
Construção	5,3	3,6	5,0	3,0	3,4
Comércio e Reparação de Veículos; Alojamento e Restauração	2,7	2,5	2,7	-16,9	5,2
Transportes e Armazenagem; Informação e Comunicação	5,6	4,0	6,5	-9,3	8,3
Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias	1,7	1,1	1,4	-1,3	1,5
Outras Atividades de Serviços	3,4	2,4	3,2	-5,0	4,8

8. EMPREGO

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade (medido em número de indivíduos) registou um crescimento de 2,1%, após a redução de 1,9% no ano anterior.

De forma semelhante, o emprego remunerado aumentou 1,7% em 2021, depois do decréscimo de 1,4% em 2020.

Note-se que a evolução do emprego em 2020 reflete o contexto da pandemia COVID-19 e das medidas implementadas para a sua mitigação, como por exemplo o regime simplificado de *layoff*, que teve como objetivo a manutenção dos postos de trabalho em contexto de redução significativa da atividade.

Considerando o emprego medido em termos de horas trabalhadas, que traduz mais



adequadamente o comportamento da atividade económica, verificou-se um crescimento de 5,0% em 2021 após um decréscimo de 9,3% 2020.

A produtividade do trabalho voltou assim a apresentar evoluções distintas dependendo da medida de emprego utilizada.

No conjunto do ano 2021, a produtividade medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de pessoas empregadas aumentou 2,7%, após a contração de 6,7% em 2020.

Em sentido oposto, a produtividade medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de horas trabalhadas passou de um crescimento de 1,0% em 2020 para um decréscimo de 0,1% em 2021.



CAPÍTULO II

Desempenho do Setor Segurador em 2021

1. PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO

No computo dos prémios Vida e Não Vida emitidos em 2021, englobando Portugal e o estrangeiro, a produção do conjunto das 30 maiores seguradoras cresceu 34,1 % em relação a 2020, refletindo a excecional recuperação que o setor atingiu.

Recorde-se que a evolução do ano de 2019 para 2020 tinha sido uma redução das carteiras globais das mesmas entidades analisadas, de 18,7%.

Mais em detalhe e depois de um perda de cerca de 2,4 mil milhões de euros em 2020, como resultado das condições adversas da pandemia COVID – 19 , o crescimento do Ramo Vida em 2021 levou a que seguradoras e grupos com negócio neste segmento registassem uma recuperação invulgar, num mercado total que subiu para 13,3 milhões de euros, segundo dados da ASF.

A seguir detalha-se a distribuição dos principais ramos de seguro produzidos em Portugal em 2021, divididos entre Vida e Não Vida:

Produção de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado

Efetuada uma análise por ramos, o ramo Vida, contrariamente ao verificado no ano anterior registou um acréscimo de 68,5%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos apresentaram um aumento da produção de 4,7%.

	em milhares de euro				
	2018	2019	2020	2021	Δ 21/ 20
Total	12 947 968	12 203 002	9 950 920	13 345 425	34,1%
Ramo Vida	8 122 717	6 993 576	4 585 346	7 726 404	68,5%
Não Ligados	6 354 702	5 784 820	2 675 060	3 062 061	14,5%
Nupcialidade e Natalidade	0	0	0	0	-
Ligados a Fundos de Investimento	1 767 235	1 704 206	1 910 286	4 663 593	144,1%
Operações de Capitalização	780	4 550	0	750	-
Ramos Não Vida	4 825 251	5 209 426	5 365 574	5 619 021	4,7%
Acidentes e Doença	1 789 327	1 962 380	2 028 286	2 182 730	7,6%
Acidentes de Trabalho	800 638	895 066	905 394	965 284	6,6%
Doença	807 135	876 466	950 861	1 032 161	8,6%
Outros Acidentes	181 554	190 848	172 030	185 285	7,7%
Incêndio e Outros Danos	847 743	905 815	946 103	999 605	5,7%
Automóvel	1 719 425	1 837 981	1 872 927	1 897 920	1,3%
Marítimo e Transportes	25 343	26 523	25 344	28 044	10,7%
Aéreo	7 195	8 784	10 365	10 132	-2,2%
Mercadorias Transportadas	20 807	20 697	19 767	19 730	1,9%
Responsabilidade Civil Geral	131 289	143 015	148 448	163 487	10,1%
Diversos	284 124	304 231	311 734	312 373	0,8%

De notar que o ramo de Acidentes de Trabalho, não obstante as medidas de Lay-Off tomadas pelo Governo no propósito de amortecer os efeitos da redução da atividade das empresas, conseguiu em 2021 aumentar os seus prémios 6,6 % , evidenciando uma retoma nítida da atividade económica e do emprego.

Em 2021 e dentro dos Ramos de maior expressão, o destaque vai para o Ramo Saúde / Doença, sendo a linha de negócio dentro dos ramos principais, que mais cresceu (+8,6 %) .

Genericamente o mercado segurador em geral em 2021 reforça a tendência de inversão que apresentou em 2020 , com particular destaque para os ramos tradicionais e obrigatórios de Acidentes de Trabalho, Saúde e Automóvel, que representam 72,6% do total dos seguros Não Vida.

2. MERCADO DE SEGURADORAS

No agregado das 64 seguradoras a operar em Portugal, que se dividem por 42 grupos, a Fidelidade reforçou a sua liderança crescendo 44%, para 3,88 mil milhões de euros de produção e aumentando a respetiva quota em dois pontos percentuais para 29,1% do total do mercado.

O Grupo Ageas subiu em 42% as vendas, fundamentalmente através da Ocidental Vida reforçando a sua quota de mercado de 15,5% em 2020 para 16,4% atingindo 2,19 mil milhões de euros de produção.

A Generali/Tranquilidade manteve a terceira posição do ranking global embora tenha um negócio em que o ramo Vida apenas representa 7% do total.

Ainda assim subiu 7,1% acima da média nos ramos Não Vida, que foi de 4,7%, fixando quota de mercado total em 8,6%.

Para além das três primeiras, que mantiveram as posições relativas, as seguradoras que mais cresceram foram seguradoras ou grupos com forte componente Vida na carteira.

O conjunto das 20 maiores seguradoras a operar em Portugal apresenta a seguinte distribuição, indicando-se ainda a sua posição relativa referente à sua respetiva quota de mercado:

Ranking da Produção da Atividade em Portugal e Estrangeiro

(milhares de euros)

		2021		2020		Taxa de Crescimento			
2021	2020	Produção	Quota de mercado	Produção	Quota de mercado	% Variação	Diferença Quota de mercado (pp)		
		13 504 628	100,00%	10 007 499	100,00%	33,97%	0 pp		
1º	1º	1038	Fidelidade	1 951 406	29,26%	2 788 039	27,24%	33,79%	2,02 pp
2º	3º	1024	Occidental Vida	1 292 009	9,59%	1 021 176	6,99%	22,59%	2,52 pp
3º	2º	1197	Generale Seguros	1 189 118	8,81%	1 071 000	10,72%	-10,3%	-2,3 pp
4º	4º	1093	BPI Vida e Previdões	995 439	7,39%	1 081 475	5,34%	-91,9%	1,97 pp
5º	4º	1078	Allianz	977 275	4,97%	1 001 111	6,45%	-32,9%	1,48 pp
6º	6º	1156	Santander Total Vida	641 756	4,75%	674 637	4,89%	-12,09%	0,28 pp
7º	10º	1109	Genialife	492 476	4,46%	700 706	2,88%	69,51%	1,58 pp
8º	7º	1023	Occidental Seguros	391 259	2,89%	309 000	3,64%	-14,99%	-0,75 pp
9º	8º	1129	Agos Seguros	391 960	2,74%	351 149	3,50%	6,90%	0,76 pp
10º	11º	1076	Luciana Vida	1 99 884	2,50%	1 99 884	2,13%	19,01%	0,38 pp
11º	9º	1184	Zurich Insurance	326 976	2,42%	301 111	3,07%	-3,99%	-0,65 pp
12º	16º	1132	Zurich Vida	286 699	2,12%	128 199	1,27%	123,49%	0,85 pp
13º	11º	1205	Liberty Seguros	261 934	1,93%	271 973	2,71%	-30,9%	-0,78 pp
14º	12º	1026	Luciana Seguros	234 180	1,59%	395 546	2,14%	-35,5%	-0,55 pp
15º	14º	1195	Banquepar Vida	878 174	1,28%	989 499	1,80%	-41,8%	-0,52 pp
16º	21º	1029	Real Vida	300 988	1,19%	341 757	0,99%	-74,99%	0,28 pp
17º	15º	1122	CA Seguros	145 057	1,07%	139 122	1,37%	-5,99%	-0,29 pp
18º	25º	1148	CA Vida	140 835	1,04%	73 279	0,73%	92,59%	0,32 pp
19º	19º	1039	Agos Vida	107 112	0,87%	71 000	0,95%	-32,17%	0,08 pp
20º	17º	1133	Caravela	105 300	0,86%	101 774	1,00%	15,55%	-0,14 pp

CAPÍTULO III

A CORBROKER NORTE em 2021

O efeito da Pandemia COVID – 19

O ano de 2020 foi caracterizado pelo efeito direto da perda de vários clientes cujo impacto se traduziu por uma redução receita de 40%, como referido no relatório do ano passado.

A situação pandémica relacionada com o COVID – 19 e os inerentes confinamentos que se viveram até ao fim do primeiro trimestre de 2021, dificultaram muito uma ação comercial regular de apresentação e defesa das nossas propostas de gestão de carteiras de forma presencial, realidade que se sentiu mais na primeira metade do ano.

A Retoma e Recuperação de Clientes

Nesta medida, a atividade comercial à medida que foi recuperando, fruto do levantamento das restrições relacionadas com a pandemia, orientou-se para compensar, na medida em que as circunstâncias o permitiram, as perdas de 2020, sendo de destacar o efeito do processamento de mais de 60 novas carteiras ganhas em 2020 e que representaram 127.000 euros de novas comissões.

Estes resultados muito positivos, apesar das limitações que a pandemia, representaram em geral, a confirmação de que a recuperação efetuada através do novo negócio foi predominante.

O aumento global de receita representou um crescimento medido sobre o mesmo indicador de 2020, de exatamente 20,71 %.

Adicionalmente a nossa carteira em gestão sofreu um crescimento assinalável nos processos de renovação para esta anuidade, em resultado da natural retoma da atividade de particulares e empresas, do qual contabilizamos mais 52.900 euros de comissões em relação ao ano transato.

A origem deste incremento ficou a dever-se em grande medida não só a vários ajustes tarifários mas essencialmente a mais massas seguráveis, mais pessoas e mais responsabilidades a transferir para as apólices.

A qualidade e proximidade do serviço prestado aos nossos clientes e um continuado processo de gestão das carteiras assente num apertado controle de tarefas, foram a base do reconhecimento que continuamente recebemos.

Para além destes aspetos distintivos e que se encontram em constante melhoria de procedimentos, continuamos a prestar especial atenção á constituição de parcerias com outras entidades congéneres, de forma a alargar a influência comercial e geográfica da empresa.

Recursos Humanos

Durante o ano de 2021 registou-se a saída de um elemento do Departamento Administrativo.

Área Administrativa e Formação

Integrado na continuidade do plano de desenvolvimento e formação estabelecidos, a área administrativa continuou a ser dotada de um conjunto de atualizações informáticas e formativas destinadas a apoiar métodos de organização e gestão de carteiras mais eficientes e que se traduziram num acréscimo de qualidade dos serviços.

A Formação teve em 2021 particular destaque na introdução a técnicas de venda e argumentação comercial para comercialização de seguros de Vida e acidentes pessoais.

Receita e Resultado

Em função do referido, o ano de 2021 foi um exercício recuperação de receita e resultados.

O Total de Receitas de 2021 ascendeu a 1.086.740,51 €.

Este valor, representando o Total de Rendimentos da empresa, corresponde a um incremento de 20,71 % em relação a 2020

O Resultado antes de Impostos (EBT) registou um valor de **275.995,94 Euros** a que corresponde um aumento de 88,56 % relativamente a 2020.

O Resultado Líquido do Exercício de 196.912,61 € (cento e noventa e seis mil novecentos e doze euros e sessenta e um cêntimos), revela um acréscimo de 80,85 % face ao ano transato.

[Handwritten signature]

Distribuição de Dividendos e Gratificações de Balanço

A Gerência atribuiu uma retribuição por Resultados Extraordinários (**Sucess Fee**) à Gerência executiva, constituída pelos Gerentes José Fernando Barros de Sousa Barroso e Raquel Soledade Seixas Alves da Silva no valor de **14.661,96 €** (catorze mil seiscentos e sessenta e um euros e noventa e seis cêntimos) cabendo a cada um metade deste montante.

A Gerência propõe uma **distribuição de lucros de 182.250,65 €** (cento e oitenta e dois mil duzentos e cinquenta euros e sessenta e cinco cêntimos).

A Gerência propõe ainda uma distribuição de **10.000,00 euros** (dez mil euros) a título de **Gratificações de Balanço para colaboradores**, valor este já refletido no Resultado Líquido indicado.

Perspectivas futuras

- Novo Governo e a Guerra na Ucrânia

Tomará posse no próximo dia 30 de Março, o XXIII Governo Constitucional, do qual se esperam medidas de apoio e recuperação à atividade económica face à gradual redução da incidência dos casos de COVID – 19 e de aceleração da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência.

Esta realidade por si só seria indiciadora de estabilidade e de condições para uma franca recuperação dos níveis do Produto Interno Bruto perdido

Todavia a economia portuguesa não obstante manter um perfil de crescimento em 2022-24, não foge ao contexto de incerteza acrescida associada ao conflito na Ucrânia.

Prevê-se que o Produto Interno Bruto cresça 4,9% em 2022, 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024, beneficiando de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis.

A inflação subirá para 4,0%, em reflexo da subida do preço das matérias-primas e dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais, prevendo-se a sua redução para 1,6% em 2023 e 2024.

A invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em 24 de Fevereiro deste ano, vai contribuir certamente para limitar o dinamismo económico e para intensificar as pressões inflacionistas.

O impacto negativo sobre a atividade decorre do agravamento da subida dos preços das matérias-primas, da redução da confiança dos agentes económicos, da turbulência nos mercados financeiros e dos efeitos das sanções comerciais e financeiras impostas à Rússia.

Estas projeções assumem que não se verifica uma escalada do conflito e que o impacto destes fatores e dos constrangimentos de oferta global se dissipam num prazo médio.

No entanto o clima é de total imprevisibilidade.

Neste contexto, as respostas de política económica nacionais e europeias são cruciais para assegurar a manutenção de um crescimento sustentado.

É importante que Portugal revele capacidade para absorver os recursos disponíveis do PRR e que estes se materializem num aumento permanente da capacidade produtiva.

Para convergir com a União Europeia é também fundamental continuar a aumentar as qualificações da população e a produtividade.

- O Cenário Comercial dos Seguros para a Corbroker Norte

Em face da conjuntura nacional e internacional descrita, o cenário para a consolidação e para o crescimento do negócio far-se-á nos próximos tempos ainda debaixo de grande indefinição.

A aceleração da atividade comercial prevista para o ano de 2022 e a materialização de alguns acordos comerciais resultado de crescimento de carteira relevantes em algumas seguradoras, deixam antever rendimentos acrescidos por esse facto.

No entanto continuam a destacar-se oportunidades de negócio em áreas de seguro ligadas à expansão da atividade económica em geral e que criarão oportunidades, como os Planos Médicos, Responsabilidade Decenal, Riscos Cibernéticos, Seguros Paramétricos, entre outros e que vamos continuar a explorar.

Em resumo, o objetivo principal para 2022 será manter as carteiras conquistadas e retomar a atividade comercial nos nichos que mais possam resistir à crise e à incerteza do conflito Ucrainiano, bem como uma atenção muito especial à retoma nas áreas que revelem maior dinamismo e que representem melhores oportunidades.

Em resumo e relativamente ao ano de 2022, pretende-se:

1. Fidelizar de forma geral os clientes e responder positivamente às suas expectativas.
2. Desenvolver uma atividade comercial continuada.
3. Controlar os encargos gerais e racionalizar os recursos humanos.
4. Estabelecer novas parcerias comerciais.

Cumprindo o disposto no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que em 31 de Dezembro de 2021, a empresa não tinha quaisquer dívidas em mora ao Estado e a Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social.

Vila Nova de Gaia, 18 de Março de 2021

O CONSELHO DE GERÊNCIA

José Barroso

Raquel Silva

Fernando Belchior

ANEXOS





Corbroker Norte – Mediadores de Seguros, Lda.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2021

Índice



Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

- Balanço em 31 de Dezembro de 20212
- Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 20213
- Anexo:
 - 1. Nota introdutória 4
 - 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 4
 - 3. Principais políticas contabilísticas 4
 - 4. Fluxos de Caixa 8
 - 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..... 8
 - 6. Ativos Fixos Tangíveis 8
 - 7. Locações 9
 - 8. Ativos Intangíveis 10
 - 9. Investimentos Financeiros 11
 - 10. Clientes 11
 - 11. Estado e outros entes públicos 11
 - 12. Outros créditos a receber 11
 - 13. Diferimentos 12
 - 14. Outros ativos financeiros 12
 - 15. Capital Subscrito 12
 - 16. Fornecedores 13
 - 17. Outros passivos financeiros..... 13
 - 18. Prestações de serviços 13
 - 19. Fornecimentos e Serviços Externos 14
 - 20. Gastos com o pessoal..... 14
 - 21. Imparidades..... 15
 - 22. Outros rendimentos 15
 - 23. Outros gastos..... 16
 - 24. Impostos sobre o rendimento..... 16
 - 25. Partes relacionadas..... 16
 - 26. Eventos subsequentes..... 17
 - 27. Informações exigidas por diplomas legais 17
 - 28. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros (Norma regulamentar nº13/2021-R de 30 de Dezembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Corbroker Norte – Mediadores de Seguros, Lda.

BALANÇO

Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	9 523,31	16 670,18
Ativos intangíveis	8	248,09	496,13
Investimentos financeiros	9	54,44	301 755,58
	Subtotal	9 825,84	318 921,89
Ativo corrente			
Outros créditos a receber	12	180 637,92	301 067,93
Diferimentos	13	5 394,76	5 164,23
Outros ativos financeiros	14	104 874,97	104 161,78
Caixa e depósitos bancários	4	228 005,28	312 194,96
	Subtotal	518 912,93	722 588,90
Total do Ativo		528 738,77	1 041 510,79
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	15 a)	10 000,00	10 000,00
Reservas legais	15 b)	2 500,00	2 500,00
Resultados transitados	15 c)	-	320 647,22
Resultado líquido do período		196 912,61	108 883,58
Total do Capital Próprio		209 412,61	442 030,80
PASSIVO:			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1 653,20	5 427,82
Estado e outros entes públicos	11	62 540,44	15 973,41
Outros passivos financeiros	17	255 132,52	578 078,76
	Subtotal	319 326,16	599 479,99
Total do Passivo		319 326,16	599 479,99
Total do Capital Próprio e do Passivo		528 738,77	1 041 510,79

**Montantes expressos em Euros

A GERÊNCIA

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Corbroker Norte – Mediadores de Seguros, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	1 076 280,14	886 468,51
Fornecimentos e serviços externos	19	(357 281,36)	(342 381,79)
Gastos com o pessoal	20	(385 737,74)	(366 969,89)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	402,70	8 008,78
Outros rendimentos	22	9 215,37	5 785,81
Outros gastos	23	(58 802,27)	(36 513,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos (EBITDA)		284 076,84	154 397,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 8	(8 080,90)	(8 029,74)
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos) (EBIT)		275 995,94	146 368,09
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos (EBT)		275 995,94	146 368,09
Imposto sobre o rendimento do período	24	(79 083,33)	(37 484,51)
Resultado líquido do período		196 912,61	108 883,58

**Montantes expressos em Euros

A GERÊNCIA

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Corbroker Norte – Mediadores de Seguros, Lda. (doravante apenas designada por Empresa), com sede na Praceta 25 de Abril, n.º 8 – 1º Esq., 4430-257 Vila Nova de Gaia, tem como atividade principal Outras Atividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas na reunião da gerência em 18 de Março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-geral de sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido por adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), de acordo com o disposto no nº1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº20/2010, de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de Junho.

A adoção da NCRF-PE ocorreu pela primeira vez em 2010, assumindo como data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo o dia 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido no parágrafo 5 da NCRF-PE.

A partir de 1 de janeiro de 2020 deixou de ser registado na contabilidade os recibos dos tomadores de seguros em cobrança.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.2. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” (Notas 12, 13 e 17). Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Agência espera vir a incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, sendo os seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	N.º Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados referem-se a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os bens registados encontram-se anualmente sujeitos a amortização e um teste de imparidade. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.6. Ativos e Passivos Financeiros

3.6.1. Cientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outros ativos correntes" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6.3. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

3.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se essencialmente em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos. A emissão de um recibo não significa por si só a concretização da comissão, efetivando-se no momento da prestação de contas à companhia. Neste momento o montante da comissão pode ser apurado com fiabilidade e existe a garantia de que vão ocorrer benefícios económicos futuros associados à transação.

3.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa geral de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. Os prejuízos fiscais de anos anteriores são dedutíveis ao lucro tributável do exercício até 70% do valor deste. O imposto estimado para o período encontra-se discriminado na Nota 24.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.10. Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais

A responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais são consideradas gastos no exercício a que dizem respeito, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento (Nota 17).

3.11. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

No caso do exercício de 2021, não existem quaisquer passivos contingentes.

3.12. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O valor de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, têm a seguinte composição:

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Caixa	11,41	5 520,02	5 528,08	3,35
Depósitos à Ordem	312 183,55	9 158 712,01	9 242 893,63	228 001,93
Total de Caixa e Depósitos	312 194,96	9 164 232,03	9 248 421,71	228 005,28

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício de 2021 não houve qualquer alteração das estimativas contabilísticas nem foram encontrados quaisquer erros.

6. Ativos Fixos Tangíveis

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia bruta	Depr. e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e O. Construções	9 868,78	(7 676,92)	2 191,86	9 868,78	(8 042,20)	1 826,58
Equipamento de Transporte	23 500,00	(12 625,00)	10 875,00	23 500,00	(18 499,96)	5 000,04
Equipamento Administrativo	43 905,83	(40 302,51)	3 603,32	44 591,82	(41 895,13)	2 696,69
Totais	77 274,61	(60 604,43)	16 670,18	77 960,60	(68 437,29)	9 523,31

31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia bruta	Depr. e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e O. Construções	9.868,78	(7.311,61)	2.557,17	9.868,78	(7.676,92)	2.191,86
Equipamento de Transporte	29.127,94	(22.377,94)	6.750,00	23.500,00	(12.625,00)	10.875,00
Equipamento Administrativo	41.101,02	(38.761,11)	2.339,91	43.905,83	(40.302,51)	3.603,32
Totais	80.097,74	(68.450,66)	11.647,08	77.274,61	(60.604,43)	16.670,18

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido nos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Alienações	Depreciação do Exercício	Ajustamentos	Quantia Escriturada Final
Edifícios e O. Construções	2 191,86	-		(365,28)	-	1 826,58
Equipamento de Transporte	10 875,00			(5 874,96)		5 000,04
Equipamento Administrativo	3 603,32	685,99		(1 592,62)	-	2 696,69
Totais	16 670,18	685,99	-	(7 832,86)	-	9 523,31

31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Alienações	Depreciação do Exercício	Ajustamentos	Quantia Escriturada Final
Edifícios e O. Construções	2.557,17	-		(365,31)	-	2.191,86
Equipamento de Transporte	6.750,00	10.000,00	(15.627,94)	(5.875,00)	15.627,94	10.875,00
Equipamento Administrativo	2.339,91	2.804,81		(1.541,40)	-	3.603,32
Totais	11.647,08	12.804,81	(15.627,94)	(7.781,71)	15.627,94	16.670,18

As depreciações, no montante de 7 832,86 Euros em 2021 e 7 781,71 Euros em 2020, foram registadas na rubrica de “gastos de depreciações e amortizações”.

7. Locações

A Empresa teve à disposição no exercício de 2021 duas viaturas em contrato de locação operacional. Estão previstas rendas contingentes no final do contrato, caso a quilometragem da viatura seja superior à contratada.

a) Valor dos futuros pagamentos mínimos de locação à data do balanço

Rubricas	Locações Operacionais
Pag. Mínim. de locação à data de balanço:	
Até um ano	7 955,46
De um a cinco anos	14 470,14
Totais	22 425,60

8. Ativos Intangíveis

a) Quantia escriturada bruta e amortizações acumuladas

31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia bruta	Amortiz. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador	12 096,53	(11 600,40)	496,13	12 096,53	(11 848,44)	248,09
Totais	12 096,53	(11 600,40)	496,13	12 096,53	(11 848,44)	248,09

31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia bruta	Amortiz. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador	11.352,37	(11.352,37)	-	12.096,53	(11.600,40)	496,13
Totais	11.352,37	(11.352,37)	-	12.096,53	(11.600,40)	496,13

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Amortização do Exercício	Ajustamentos	Quantia Escriturada Final
Programas de computador	496,13	-	(248,04)		248,09
Totais	496,13	-	(248,04)	-	248,09

31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Amortização do Exercício	Ajustamentos	Quantia Escriturada Final
Programas de computador	-	744,16	(248,03)		496,13
Totais	-	744,16	(248,03)	-	496,13

9. Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica “Investimentos Financeiros” tinha o valor de 54,44€. Este valor diz respeito ao Fundo de Compensação do trabalho.

10. Clientes

A 31 de dezembro de 2021 não existem valores a receber registados na rubrica de “clientes”.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava os seguintes saldos no ativo e no passivo:

Rubricas	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto s/o rendimento das pessoas coletivas (IRC):				
Pagamentos por conta	-	-	-	-
Retenções na fonte	-	-	-	-
Imposto estimado	-	47 058,43	-	459,10
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	-	8 768,11	-	8 867,41
Imposto s/Valor Acrescentado (IVA)	-	-	-	9,66
Segurança Social	-	6 713,90	-	6 637,24
Totais	-	62 540,44	-	15 973,41

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa tinha as seguintes contas a receber:

Rubricas	2021			2020		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Fornecedores - Companhias	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - Gerais	771,54	-	771,54	4 640,77	-	4 640,77
Pessoal	52,34	-	52,34	78,50	-	78,50
Devedores p/acréc. rendimentos:						
Juros a receber	37,82	-	37,82	40,98	-	40,98
Comissões de Seguros	69 630,96	-	69 630,96	33 644,10	-	33 644,10
Outros acrésc. rendimentos	-	-	-	43,82	-	43,82
Outras contas a receber:						
Segurados	58 944,06	(56 782,60)	2 161,46	64 264,15	(57 185,30)	7 078,85
Companhias	107 943,42	-	107 943,42	205 724,36	-	205 724,36
Outros	40,38	-	40,38	49 816,55	-	49 816,55
Totais	237 420,52	(56 782,60)	180 637,92	358 253,23	(57 185,30)	301 067,93

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo foram como segue:

Designação	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 143,94	2 964,23
Rendas	2 250,82	2 200,00
Totais	5 394,76	5 164,23

14. Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 esta rubrica apresentava os seguintes montantes:

Rubricas	2021	2020
Correntes:		
Depósitos a prazo c/venc. >3 meses	104 874,97	104 161,78
Totais	104 874,97	104 161,78

15. Capital Subscrito

a) Capital Social

O capital social da empresa é constituído por 3 quotas, integralmente realizadas, cujos titulares estão apresentados no quadro abaixo:

Designação	País	% Capital	Valor
Corbroker - Corretores de Seguros, SA	Portugal	45%	4 500
José Fernando Barros Sousa Barroso	Portugal	35%	3 500
Raquel Soledade Seixas da Silva	Portugal	20%	2 000
Totais		100%	10 000

b) Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva assume o valor de 2.500,00 Euros e não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

c) Resultados transitados

Em assembleia-geral de 26 de Março de 2021 foram aprovadas por unanimidade as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, com um resultado líquido positivo de 108.883,58 Euros, e também aprovada por unanimidade a proposta de distribuição pelos acionistas o montante de 108.883,58 Euros.

16. Fornecedores

Nos anos de 2021 e 2020 decompunham-se da seguinte forma as quantias a pagar a fornecedores:

Rubricas	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores Gerais	771,54	1 653,20	4 640,77	5 427,82
Totais	771,54	1 653,20	4 640,77	5 427,82

Os valores do ativo referentes a fornecedores gerais encontram-se registados na rubrica de "Outros ativos correntes".

17. Outros passivos financeiros

A rubrica de "Outros passivos correntes" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

Rubricas	2021	2020
Correntes:		
Clientes	-	126,05
Credores p/acréc. Gastos:		
Férias + S.Férias + Encargos	40 079,03	43 053,71
Gratificações de balanço	10 000,00	8 000,00
Comissões de seguros	43 622,89	26 278,54
Outros acréscimos de gastos	1 363,79	6 390,60
Outras contas a pagar:		
Segurados		
Companhias	150 962,31	479 974,28
Outros	9 104,50	14 255,58
Totais	255 132,52	578 078,76

18. Prestações de serviços

Nos exercícios de 2021 e 2020 os rendimentos com prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Quantias dos réditos reconhecidos no período	2021	2020
Comissões de Seguros	1 051 725,88	828 973,69
Comissões de Rapel/Over	15 187,60	33 745,22
Outras Comissões	9 366,66	23 749,60
Totais	1 076 280,14	886 468,51

19. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Rubricas	2021	2020
Trabalhos Especializados	28 851,56	29 111,35
Honorários	276,75	2 145,00
Comissões	246 428,40	226 182,56
Conservação e reparação	5 244,13	4 700,61
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	147,55	1 617,28
Livros e documentação técnica	128,20	-
Material de escritório	3 660,33	4 236,59
Artigos de oferta	1 684,51	1 621,23
Outros materiais	-	15,00
Eletricidade	1 537,73	1 556,51
Combustíveis	9 227,32	6 723,91
Água	405,48	371,17
Deslocações e estadas	2 785,46	6 450,41
Alugueres de viaturas	14 726,70	-
Rendas do escritório	13 200,00	13 200,00
Outras rendas e alugueres	5 451,97	22 757,70
Comunicação	7 352,82	8 400,97
Seguros	3 063,74	2 376,05
Contencioso e notariado	683,00	-
Despesas de Representação	10 349,15	9 341,18
Limpeza, Higiene e conforto	821,34	-
Serviços Bancários	1 049,81	442,93
Outros FSE	205,41	1 131,34
Totais	357 281,36	342 381,79

20. Gastos com o pessoal

Os gastos da rubrica Pessoal desagregam-se da seguinte forma em 2021 e 2020:

Rubricas	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	184 397,70	194 165,45
Remunerações do pessoal	109 473,78	88 209,88
Gratificações de Balanço		8 000,00
Indemnizações	20 623,33	4 376,67
Encargos sobre remunerações	61 359,06	61 429,05
Seguro de acidentes de trabalho	1 347,48	1 279,65
Gastos de ação social:		
Seguros de saúde e vida	586,59	1 372,69
Outros gastos com pessoal	7 949,80	8 136,50
Totais	385 737,74	366 969,89

O número médio de empregados durante 2020 e 2021 foi de 8.

21. Imparidades

A empresa tem constituída uma perda por imparidade sobre quantias a receber de segurados, sendo que em 2021 e 2020 ocorreram os seguintes movimentos neste âmbito:

Rubricas	2021			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perdas por imparidade em:				
Outros devedores	57 185,30		-402,70	56 782,60
Totais	57 185,30	-	-402,70	56 782,60

Rubricas	2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perdas por imparidade em:				
Outros devedores	65 194,08		-8 008,78	57 185,30
Totais	65 194,08	-	-8 008,78	57 185,30

22. Outros rendimentos

A Empresa apresentou os seguintes valores de "Outros Rendimentos" em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020:

Rubricas	2021	2020
Ganho Ativo Fixo Tangível - Sinistro	-	3 496,00
Alienações Ativo Fixo Tangível	-	333,00
Correções relativas a períodos anteriores	8 036,59	196,17
Excesso da estimativa de impostos	-	136,95
Juros de depósitos bancários	1 178,71	1 622,39
Outros rendimentos	0,07	1,30
Totais	9 215,37	5 785,81

23. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

<u>Rubricas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos:		
Imposto de selo s/ comissões	19 300,62	15 091,02
Imposto Único de Circulação	512,81	480,29
Outros impostos	200,08	302,00
Gastos e perdas em inv. n/ financeirosiros	-	422,32
Correções a exercícios anteriores	12 752,49	16 273,23
Quotizações	720,00	720,00
Insuficiência da estimativa de impostos	9 124,15	-
Juros de aplicações - Allianz	-	209,78
Outros	<u>16 192,12</u>	<u>3 014,95</u>
Totais	<u>58 802,27</u>	<u>36 513,59</u>

24. Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 79.083,33€, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço, acrescido dos valores de tributação autónoma calculados sobre as rubricas de gastos sujeitas a este imposto e de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável.

25. Partes relacionadas

Os saldos e os movimentos ocorridos entre as partes relacionadas no ano de 2021 estão expressos nos quadros abaixo:

<u>Entidades</u>	<u>Rel.*</u>	<u>Rendimentos com comissões obtidas</u>	<u>Gastos com comissões cedidas</u>
Corbroker SA	A	16 417,84	10 558,79
Totais		<u>16 417,84</u>	<u>10 558,79</u>

<u>Entidades</u>	<u>Rel.*</u>	<u>Ativo</u>	
		<u>Acrésc. de rendimentos</u>	<u>Outros devedores</u>
Corbroker SA	A	15 187,60	-
Raquel Silva	C	-	5,34
Totais		<u>15 187,60</u>	<u>5,34</u>

Entidades	Rel.*	Passivo Acrésc. de gastos
Corbroker SA	A	10 351,75
Totais		10 351,75

26. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, a Gerência encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade.

Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

27. Informações exigidas por diplomas legais

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

28. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros (Norma regulamentar nº13/2020-R de 30 de Dezembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

I- Informação respeitante à atividade de mediação de seguros ou de resseguros:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O reconhecimento das comissões é efetuado conforme descrito na nota 3.7 deste anexo.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo;

Por Natureza	2021	Por Tipo	2021		Total
			Empresas de seguros	Outros	
Numerário	1 076 280,14	Comissões de Seguros	1 041 336,65	34 943,49	1 076 280,14
Espécie	-	Outras Remunerações	-	-	-
Total	1 076 280,14	Total	1 041 336,65	34 943,49	1 076 280,14

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro por si intermediados desagregadas por Ramo Vida, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos Não vida, e por origem;

Ramos	Empresas Seguros	Outros Mediadores	Total
Não Vida	1 025 870,50	34 943,49	1 060 813,99
Vida	15 466,15	-	15 466,15
Total	1 041 336,65	34 943,49	1 076 280,14

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	2021
Empresas de Seguros:	
Tranquilidade	47,22%
Fidelidade	31,02%
Total	78,24%

e) Valores das contas clientes no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Não são registados na contabilidade os valores em cobrança de tomadores de seguros.

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem;

Por entidade (origem)	Contas a Receber	Contas a Pagar
	2021	2021
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Prémios, estornos e indemnizações	-	-
Outros Valores	2 161,46	-
Empresas de Seguros		
Prémios, estornos e indemnizações	-	-
Outros Valores	107 943,42	150 962,31
Empresas de Resseguros	-	-
Outros Mediadores	-	-
Cientes (outros)	-	-
Total	110 104,88	150 962,31

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por:

Por entidade (origem)	Contas a Receber	Contas a Pagar
	2021	2021
Fundos recebidos com vista a serem transferidos p/as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	107 943,42	150 962,31
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	-
Fundos a pagar aos tomadores de seguros para liquidação de estornos e indemnizações	-	-
Saldos a receber ou a pagar de prestações de contas por liquidar às companhias	-	-
Saldos diversos com tomadores de seguros	2 161,46	-
Saldos diversos com outros mediadores / corretores	-	-
Total	110 104,88	150 962,31

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os fatores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não aplicável

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissões de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

A Empresa tem obrigações materiais com seguradoras, segurados e com outros mediadores de seguros.

Rubricas	2021
Companhias – saldos de conta-corrente	150 962,31
Segurados – adiantamentos p/conta de seguros e valores pagos a mais	-
Mediadores de seguros	-
Total	150 962,31

As obrigações da Empresa para com as seguradoras referem-se exclusivamente a saldos de prestações de contas em que resulte quantias a pagar e ainda não liquidadas, enquanto os saldos a segurados são adiantamentos por conta de seguros, valores pagos a mais e outros saldos a abater em futuros recibos. Os saldos com mediadores de seguros referem-se a cedências de comissões e outros acordos contratuais.

Existem normalmente saldos a favor da companhia relativos aos prémios emitidos e ainda não pagos, mas, pelo facto de ainda não terem sido cobrados nem haver garantia que vão ser cobrados, estes ainda não são considerados uma obrigação à companhia. Por outro lado, os saldos a favor dos segurados por estornos e indemnizações são, de facto, uma obrigação da companhia e não da Empresa.

II- Informações a divulgar pelos corretores de seguros:

Não aplicável

III- Informação respeitante à atividade de mediação de resseguros:

Não aplicável

A GERÊNCIA

O CONTABILISTA CERTIFICADO